

ECONOMIA

FIESP propõe um pacto social desenvolvimentista para combater a inflação

por José Antônio Severo
de São Paulo

O empresário Eugênio Staub, em nome da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), lançou, ontem, a idéia de um pacto social desenvolvimentista, que ele próprio designou como PSD, um acordo de todos os segmentos da sociedade para impedir que o País mergulhe numa hiperinflação e consiga manter-se crescendo.

"Não podemos perder os êxitos que já tivemos em matéria de crescimento", disse Staub, presidente da Gradiente, que ontem participou, em São Paulo, de um painel organizado pela revista Exame, denominado "Tendências da Política Econômica no Próximo Governo".

Participaram mais de trezentos executivos e empresários, de firmas nacionais e estrangeiras, entre eles o ex-ministro Karlos Rischbieter e o ex-diretor da Cacec, Benedito Moreira. Não houve tradução simultânea, mas um grande número de executivos estrangeiros esteve presente, fazendo perguntas em português. O moderador do encontro foi o professor Adroaldo Moura da Silva, da Universidade de São Paulo (USP) e presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

A primeira parte teve como debatedores os professores Luís Gonzaga Beluzzo, da Unicamp, e Celso Martone, da USP, além do empresário Eugênio Staub. Na segunda parte, os debatedores foram o professor José Pastore, da USP, César Concone do DIEESE, e o empresário Paulo Francini, da FIESP.

Na segunda parte do encontro foi debatida a proposta de pacto social do presidente eleito Tancredo Neves. O professor José Pastore disse que ao longo da história, desde os primeiros pactos acertados na Escandinávia no século passado, "sempre se colocaram os mesmos pré-requisitos: o medo das partes ao saberem que nenhuma delas é suficientemente potente para impedir que o tecido social se rompa". Se não sair o pacto, diz Pastore, "é porque ninguém tem medo".

Na primeira parte, houve uma viva discussão sobre os rumos da economia neste ano. Debatedores e platéia concordaram que há uma forte tendência inflacionária em curso, que dificilmente será contida e que provocará uma mudança de patamar para a inflação.

Ao final, o professor Moura da Silva apontou seis conclusões do consenso do debate: não há necessidade de uma nova maxidesvalorização do cruzeiro; a desindexação abrupta é uma idéia rejeitada; haverá necessidade de uma reforma monetária; e, ainda, deve-se manter o crescimento das exportações, melhorar a produtividade dos investimentos (principalmente no setor público) e buscar o aumento da poupança interna, "porque o constrangimento externo vai conviver muito tempo conosco", disse Moura da Silva.

ARMADILHA

Segundo o professor Celso Martone, "o governo está numa armadilha, qual-

quer coisa que faça aumenta a inflação". Neste sentido, embora opinando que "o próximo governo não irá tomar medidas drásticas", o professor Beluzzo defendeu medidas fortes e disse que "para reordenar as finanças públicas, não se pede licença", informando que a dívida bancária e mobiliária da União "vista sem luneta", chegaria a 23 trilhões de cruzeiros. "O governo chega a seu limite de endividamento", diz Martone.

A saída para evitar que a aceleração da inflação chegue a uma hiperinflação passaria por uma reforma monetária, a desindexação total, segundo Beluzzo. Um choque dessas proporções, no entanto, seria ainda prematuro. Ainda há uma ampla margem, antes, para convivência com a inflação. Segundo o professor Adroaldo Moura da Silva, "diante dessa expectativa exacerbada em relação à inflação futura, é preciso saber qual o limite que uma sociedade aguenta conviver sem grande dificuldade".

"A compatibilização do combate à inflação com o crescimento é o desafio para o novo governo", diz Eugênio Staub. "Se não lograrmos o crescimento econômico, teremos crise social." Para ele, a prioridade seria a manutenção da taxa de crescimento.

SALÁRIOS

Uma outra metade do debate foi a discussão da questão social. Segundo o professor José Pastore, da Universidade de São Paulo, a safra de negociações que se está iniciando será tumultuada por negociações nervosas e duras. As lideranças sindicais irão operar numa economia em processo de aceleração inflacionária, "que colocará um padrão mínimo de reivindicação que se deverá alastrar por todo o País".

Ele ilustrou a fragilidade do quadro institucional, demonstrando que "os últimos doze meses foram marcados por acordos a nível de empresas; 95% das greves foram de empresas", disse. São as chamadas greves pipoca. O representante da FIESP, Paulo Francini, criticou essa prática e revelou preocupação com a falta de cumprimento dos acordos coletivos. "Um líder sindical disse-me que o acordo é o piso da negociação", revelou o empresário, afirmando ser necessário "respeito à assinatura".

Houve também uma acalorada discussão sobre o pacto social. O representante do DIEESE, César Concone, foi a certa altura encurrulado pelo debatedor da FIESP. "O pacto é um convite", disse Francini, dizendo não entender a postura de uma fração do movimento sindical que se recusa a sentar a uma mesa para discutir.

Nessa discussão, houve consenso de que durante a própria discussão de um pacto social haverá a mudança da estrutura sindical no País. Segundo o professor José Pastore, essa reorganização é urgente porque no Brasil "temos forças sociais crescentes e instituições frágeis". Com isto, concordou Francini: "Temos uma distância a recuperar, entre uma economia moderna e uma estrutura social antiga", disse.